



INFARMA – Indústria Farmacêutica, Lda

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

31 de Dezembro de 2023

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	4
Opinião	4
Bases para a Opinião.....	4
Outra Informação	5
Responsabilidades da Gerência pelas Demonstrações Financeiras.....	5
Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras	5
BALANÇO	8
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	9
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PRÓPRIOS	11
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores da **Indústria Farmacêutica, Lda** são responsáveis pela preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras da empresa a 31 de dezembro de 2023. As Demonstrações Financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, nomeadamente os previstos no Plano Geral de Contabilidade para as Grandes e Médias Empresas em vigor em Moçambique (PGC-NIRF) e incluem quantias baseadas em julgamentos e estimativas feitas pela administração.

Os Administradores consideram que, na preparação das Demonstrações Financeiras, foram usadas as políticas contabilísticas mais adequadas em conformidade com normas internacionais de relato financeiro, aplicadas de forma consistente, apoiadas em julgamentos prudentes e estimativas razoáveis. Os Administradores estão convencidos de que as informações contidas nas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada os resultados das operações do período e a posição financeira da entidade para o período findo.

Os Administradores têm a responsabilidade de garantir que os registos contabilísticos sejam mantidos de forma apropriada. Os registos contabilísticos devem divulgar com razoável precisão a posição financeira da entidade para permitir que os Administradores garantam que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a legislação relevante.

A empresa opera em um ambiente de controlo e bem estabelecido, que está bem documentado e revisto regularmente. Este engloba procedimentos de gestão de riscos e controlos internos, que são desenhados para fornecer uma garantia razoável, mas não absoluta, de que os activos são salvaguardados e os riscos do negócio são controlados.

O princípio da continuidade das operações foi adoptado na preparação das Demonstrações Financeiras. Os Administradores não têm motivos para acreditar que a empresa não operará em continuidade no futuro previsível, com base em previsões e recursos disponíveis. Estas Demonstrações Financeiras suportam a viabilidade da empresa.

Os auditores externos da empresa **Nexia BKSC Auditors & Management Consultants, Lda**, auditaram as Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras anexas foram aprovadas e assinadas em representação da Administração por:

Nome:

Nelson Carlos Patrício

Assinatura:

NCP

Data:

02/05/2024

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da Indústria Farmacêutica, Lda

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras da Indústria Farmacêutica, Lda, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 e a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Indústria Farmacêutica, Lda em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão em vigor em Moçambique (PGC - NIRF).

Bases para a Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras".

Somos independentes da entidade de acordo com os requisitos éticos relevantes emitidos pela OCAM (Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique) e pelo IESBA (International Ethics Standards Boards of Accountants) para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra Informação

A Gerência é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluimos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Gerência pelas Demonstrações Financeiras

A Gerência é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para Empresas de Grande e Média Dimensão em vigor em Moçambique (PGC - NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a gerência é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a gerência tenha a intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os membros do Conselho Fiscal são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da entidade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança



razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAS detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria executada de acordo com as ISAs, fazemos um julgamento profissional e mantemos um cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou ao erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Gerência.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela Gerência, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.



Comunicamos com a gerência, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos à gerência que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percepcionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é **Jeremias Cardoso Da Costa**, Auditor Certificado, Licença Nº 41/CA/OCAM/2012.

Nexia BKSC Auditors & Management Consultants, Lda t/a NEXIA BKSC

Firma de auditoria registada sob a licença nº 10/SCA/OCAM/2014, representada por:



Jeremias Cardoso Da Costa



Audit - Accounting - Tax - Advisory
NÚT: 400 011 575

Maputo, 02 de Maio de 2024

BALANÇO

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Descrição	Notas	Dec-23	Dec-22
Activos não correntes		445,292,637	415,668,795
Investimentos de Capital	6	800,255,701	748,664,341
Depreciações	6	(354,963,064)	(332,995,546)
Activos Correntes		860,929,409	470,184,344
Inventários	17	60,885,694	32,329,257
Clientes	7	30,523,721	-
Caixa e Equivalentes de caixa	8	196,239,842	250,458
Estado	9	20,000	-
Acrescimos e Diferimentos	15	405,630	466,779
Outros Activos Correntes	10	572,854,522	437,137,850
Total de Activos		1,306,222,046	885,853,139
Fundos Próprios e Passivo		956,660,809	821,292,525
Capital Social	11	1,037,980,000	837,980,000
Resultados Acumulados	11	(16,687,475)	-
Resultado do Exercício	11	(64,631,716)	(16,687,475)
Passivos não Correntes		580,608,711	-
Empréstimos obtidos	12	580,608,711	-
Passivos Correntes		(231,047,474)	64,560,614
Fornecedores C/C	13	(321,600,895)	1,429,162
Estado	9	2,149,259	174,038
Outros Passivos Correntes	14	88,404,163	62,957,414
Total de Fundos Próprios e Passivo		1,306,222,046	885,853,139

A Administração

O Técnico de Contas



Evaristo Madime



Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Descrição	Notas	Dec-23	Dec-22
Vendas de Bens e Serviços	16	39,522,701	-
Custos dos inventários vendidos ou consumidos	17	(35,165,539)	-
Custos com o Pessoal	18	(20,444,209)	(8,831,484)
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	19	(32,525,081)	(8,016,357)
Amortizações	23	(20,076,049)	(13,378,713)
Outros Ganhos Operacionais	20	12,026,245	13,853,190
Outros Perdas Operacionais	20	(7,774,491)	(302,912)
		(64,436,423)	(16,676,276)
Rendimentos Financeiros	21	53,931	6,024
Gastos Financeiros	22	(249,224)	(17,224)
		(195,293)	(11,200)
Resultado Antes de Impostos		(64,631,716)	(16,687,475)
Imposto sobre o rendimento			
Resultado Líquido do Exercício		(64,631,716)	(16,687,475)

A Administração

O Técnico de Contas



Evaristo Madime



Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DOS ANOS FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Descrição	Notas	Dec-23	Dec-22
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado do exercício	11	(64,631,716)	(16,687,475)
Depreciações do exercício	6	21,967,518	13,378,713
Variação nos Fundos Proprios	11	-	(821,292,525)
(Aumento)/Diminuição de Clientes	7	(30,523,721)	-
(Aumento)/Diminuição de Inventários	17	(28,556,437)	32,329,257
Outros Activos Correntes	10	(135,716,672)	437,137,850
Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	13	(323,030,057)	(1,429,162)
Aumento/(Diminuição) Estado	9	1,955,221	(174,038)
Aumento/(Diminuição) de Outros Passivos Correntes	14	25,446,749	(62,957,414)
Aumento/(Redução) de Acréscimos e Diferimentos	15	61,149	466,779
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais		(533,027,966)	(415,418,336)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de activos/Investimentos Tangíveis	6	(51,591,360)	415,668,795
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(51,591,360)	415,668,795
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Empréstimos Obtidos	12	580,608,711	-
Aumento/(Diminuição) do Capital Social	11	200,000,000	-
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		780,608,711	-
Cash - Flow do período (ano)		195,989,384	250,458
Variação de Caixa e Equivalentes de caixa			
Saldo Inicial (01 de Janeiro)	8	250,458	-
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do período	8	196,239,842	250,458

A Administração

O Técnico de Contas



Evaristo Madime



Nelson Matsinhe

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE FUNDOS PRÓPRIOS

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Natureza dos movimentos	Capital próprio atribuível aos detentores do capital				
	Capital Social	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Sub-Total	Total
Saldo no início do período 2022	837,980,000		(16,687,475)	821,292,525	821,292,525
Alterações no período:					
Transferência		(16,687,475)	16,687,475	-	-
Ajustamentos relativos aos resultados transitados		-		-	-
Saldos de abertura 2023	837,980,000	(16,687,475)	-	821,292,525	821,292,525
Resultado líquido do período			(64,631,716)	(64,631,716)	(64,631,716)
Resultado absoluto do período					
Operações com detentores de capital:					
Aumentos de capital social	200,000,000			200,000,000	200,000,000
Sub-Total	1,037,980,000	(16,687,475)	(64,631,716)	956,660,809	956,660,809
Saldo no fim do período 2023	1,037,980,000	(16,687,475)	(64,631,716)	956,660,809	956,660,809

A Administração



Evaristo Madime

O Técnico de Contas



Nelson Matsinhe

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota introdutória / Contexto operacional

Designação da entidade	da Indústria Farmacêutica, Lda
Sede	Av. União Africana nº 8145, Matola
Actividade	Produção, embalagem e comercialização de medicamentos
Data da constituição	18 de Outubro de 2019
Número de entidade legal (NUEL)	101 228 657
NUIT	401 398 481
Conselho da Administração	Evaristo Madime (Presidente do Conselho de Administração) Nelson Matsinhe (Administrador Executivo) Deepak Parayanken (Administrador Executivo)
Bancos	First Capital Bank; e Nedbank;

A Indústria Farmacêutica, Lda (adiante, também, designada por “INFARMA” ou “Empresa”) foi constituída em 18 de Outubro de 2019 e é detida em 49% pela Sociedade Moçambicana de Medicamentos, SA e 51% pela Strides Pharma Mozambique, S.A. A Empresa desenvolve a sua actividade a partir da sua sede social situada na Cidade da Matola, Av. União Africana nº 8145, em Maputo, Moçambique e tem como objecto social principal: a fabricação e distribuição de medicamentos, nomeadamente sólidos orais e injectáveis de grande volume. Mediante deliberação da assembleia geral desde que devidamente autorizada pelas entidades competentes, a sociedade poderá, ainda, exercer quaisquer outras actividades distintas do objecto social.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada na sede social da empresa. É convicção do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da INFARMA, bem como a sua posição e desempenho financeiro, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique e mais concretamente com o Plano Geral de Contabilidade para empresas de grande e média dimensão.

2. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Plano Geral de Contabilidade para empresas de grande e média dimensão (abreviadamente designado por PGC-NIRF), aprovado pelo Decreto N.º 70/2009 de 22 de Dezembro, e no pressuposto da continuidade das operações.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela INFARMA, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou em que os pressupostos e as estimativas são significativos para as demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 4.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que originassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo PGC-NIRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras e as notas explicativas estão mensurados em meticais, salvo indicação explícita em contrário. A moeda adoptada para efeitos de preparação e apresentação das presentes demonstrações financeiras teve em consideração a actual legislação e enquadramento normativo vigente em Moçambique.

Assim, a INFARMA adoptou o metical como moeda de registo e apresentação das suas transacções. A referida adopção do metical é refletida em todas as facilidades obtida pela empresa no sistema financeiro, apesar de algumas transacções serem efectuadas em moeda estrangeira (ZAR e US\$).

Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do metical são convertidas para a moeda de apresentação, mediante a utilização de taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transacções bem como da conversão, ao câmbio da data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas

A cotação utilizada para converter os saldos expressos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2023 foi a seguinte:

Moeda	2023	2022
MZN/1US\$	64,53	64,50
MZN/1ZAR	3,48	3,80
MZN/1EUR	71,72	68,65

3.2. Activos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos, são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Descrição	Anos de vida útil
Construções	25 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4 - 5
Mobiliário e equipamento administrativo social	4 - 10
Ferramentas e utensílios	4 - 6

A empresa efectua regularmente a adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, com reflexo nos resultados do exercício. A empresa procede à revisão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado, entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo, e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecida em resultados do período da anulação do seu reconhecimento.

3.3. Activos intangíveis

Reconhecimento inicial

Os activos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo quando estão satisfeitas as condições previstas nos parágrafos 12, 13, 35 e seguintes da NCRF 14 – Activos intangíveis.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, a INFARMA valoriza os seus activos intangíveis, pelo modelo do custo conforme definido pela NCRF 14 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A empresa procede a testes de imparidades sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter através do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.4. Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para a empresa e, possam ser mensurados com fiabilidade.

3.5. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados, se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor, resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e, se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

3.6. Imparidade de itens não monetários

A empresa avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se pode encontrar em imparidade. Se tal indicação existir é estimada a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de relato, a empresa avalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação é estimada a quantia recuperável do activo e, reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas, apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

3.7. Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação, baseia-se na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes a propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, que transferem substancialmente todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados, dentro do período a que respeita. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido no passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto na base linear durante o período da locação.

3.8. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias aplicáveis para a Empresa:

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda, são activos financeiros não derivados, detidos com a intenção de os manter por tempo indeterminado, ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Empréstimos e contas a receber

Classificam-se como empréstimos e contas a receber, os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos na data da contratação, pelo respectivo justo valor, acrescidos do custo de transação directamente atribuíveis, excepto para o caso dos activos e passivos ao justo valor através dos resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo, ou noutros métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrem transações de forma regular.

À data do relato, a empresa avalia se existem evidências objectivas de que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos, que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e, desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, existe incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, existe a probabilidade de entrar em falência ou em organização financeira e, sempre que esteja disponível a informação que indique um decréscimo do valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros ao justo valor através de resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da sua transação.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, a excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transação reconhecidos em resultados.

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando se tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, quando, não obstante retenha parte substancial do activo e de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a empresa tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para a venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou quando seja identificada uma perda

por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios, é transferido para resultados.

Os activos detidos até a maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, através do método de taxa de juro efectiva, ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento de um activo que se encontra em imparidade, assim como os decorrentes da aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados, é o seu preço de compra corrente. Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transação recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou, outros modelos de avaliação.

Os activos financeiros que não seja possível mensurar com fiabilidade ao justo valor, são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de relato é efectuada uma avaliação da existência de evidências objectivas de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidencia objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, no período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida, ajustando-se a conta de redução do activo. A redução não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado, que não está registado pelo justo valor, porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado ao capital próprio, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, corresponde a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzido de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados..

3.9. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio, quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 25 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento, e são inicialmente mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro ou passivo financeiro, no caso de passivos que não sejam mensurados pelo justo valor por via de resultados.

A empresa classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de

juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve deixar de reconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a empresa prevê obter de um contrato são inferiores ao custo que a empresa irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contrato. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contrato e o custo líquido previsto para continuar o contrato. Antes de uma provisão ser constituída, a empresa reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.

3.12. Reconhecimento de gastos e rendimentos

A empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estes rendimentos são reconhecidos na data da transação que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registados

nas rubricas de “Outros activos activos correntes” ou “Outros passivos correntes”, consoante a natureza da diferença.

3.13. Reconhecimento do rédito

Os proveitos líquidos de descontos que incluem o imposto sobre valor acrescentado representam o valor facturado de bens e serviços fornecidos pela empresa. A empresa mensura o proveito pelo justo valor de retribuição recebida ou a receber, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. O proveito é reconhecido apenas quando é provável que os benefícios económicos inerentes à transação fluam para a empresa e a quantia do proveito, custos associados incorridos ou a serem incorridos referentes a ela possam ser mensurados com fiabilidade. Se necessário o proveito é reconhecido separadamente em componentes identificáveis.

3.14. Caixa e bancos

A rubrica caixa e bancos inclui os valores em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades até 3 meses.

3.15. Imposto sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usado para calcular o montante, é a que se encontra em vigor a data de relato, 32%.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável, resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos, correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou de um passivo no balanço, e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais, dão também origem a impostos diferidos.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os activos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas em outras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

3.16. Compensação

Quando existe um direito legal de compensação entre activos e passivos financeiros reconhecidos e não há intenção de pagar o passivo e realizar o activo simultaneamente, ou quitá-lo pelo valor líquido, todos efeitos financeiros relacionados são compensados.

3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data ("eventos ajustáveis") são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data ("eventos não ajustáveis") são divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materiais.

4. Principais estimativas e julgamentos apresentados

A preparação de demonstrações financeiras exige que a administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impacto nos valores reportados nas demonstrações financeiras. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

A empresa reavalia periodicamente as evidências de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais

estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a empresa efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A empresa considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada, permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade, sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Ajustamentos ao valor realizável líquido

Os inventários são revistos para efeitos de ajustamento ao valor realizável líquido, sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Vidas uteis dos activos tangíveis e intangíveis

A empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente, são baseadas na experiência, no estado e na condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a empresa é parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa de parte da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações, nestes casos, os valores registados resultam do

melhor entendimento sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal da empresa durante um período de 10 anos, podendo daí resultar, eventuais correções, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC, IRPS e IVA.

A Administração acredita ter cumprido com todas as obrigações fiscais a que a empresa se encontra sujeita, pelo que não se espera que eventuais correções à matéria coletável declarada, decorrentes destas revisões, venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras..

5. Alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Alterações de políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2023, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas. De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a ré-expressão das quantias comparativas.

6. Investimentos de Capital**6.1. Activos não correntes (Custo)**

Descrição	Saldo Inicial	Ajustamentos		Saldo Final
		Reduções	Adições	
<u>Activos tangíveis</u>				
Construções	220,755,696		90,364	220,846,060
Equipamento básico	235,019,407		38,081	235,057,488
Mobiliário e Equip Admin	12,785,372		1,182,559	13,967,931
Equipamento de Transporte	-		1,798,000	1,798,000
Ferramentas e utensílios	1,356,337		4,000	1,360,337
Outros activos tangíveis	5,765,857		-	5,765,857
	475,682,668	-	3,113,004	478,795,672
<u>Activos Intangíveis</u>				
Propriedade industrial e outros direitos	127,000		-	127,000
Goodwill - Aquisição fábrica	51,019,615		-	51,019,615
Goodwill - Infarma	220,553,545		-	220,553,545
	271,700,160	-	-	271,700,160
<u>Investimentos em curso</u>				
Activos tangíveis	857,135		48,478,356	49,335,491
Activos intangíveis-Software	424,378		-	424,378
	1,281,512	-	48,478,356	49,759,868
Total	748,664,341	-	51,591,360	800,255,701

6.2. Depreciações e Amortizações

Depreciações	Saldo Inicial	Ajustamentos		Saldo Final
		Reduções	Adições	
<u>Activos Fixos Tangíveis</u>				
Construções	72,444,964		6,968,908	79,413,872
Equipamento básico	212,460,507		11,043,500	223,504,007
Mobiliário e Equip Admin	10,395,086		1,120,972	11,516,059
Equipamento de Transporte	-		209,767	209,767
Ferramentas e utensílios	1,349,540		5,001	1,354,541
Outros activos tangíveis	4,588,285		576,586	5,164,871
	301,238,384	-	19,924,734	321,163,118
<u>Activos Intangíveis</u>				
Propriedade industrial e outros direitos	125,000		2,000	127,000
Goodwill	31,632,161		2,040,785	33,672,946
	31,757,161	-	2,042,785	33,799,946
Total	332,995,546		21,967,518	354,963,064
ACTIVOS LIQUIDOS	415,668,795			445,292,638

7. Clientes

Clientes C/C - Moeda Nacional	2023	2022	Variação
Strides Pharma SA	30,523,721	-	30,523,721
	30,523,721	-	30,523,721
Total	30,523,721	-	30,523,721

8. Caixa e Equivalentes de caixa

	2023	2022	Variação
Caixa	653	3,191	(2,538)
	653	3,191	(2,538)
Bancos			
Moeda Nacional (MT)			
FCB - MZN - 210721910001	133,727	247,267	(113,540)
NEDBANK - MZN - 00027399804	1,374,242	-	
	1,507,969	247,267	(113,540)
Moeda Estrangeira			
FCB - USD - 210721911001	194,731,220	-	194,731,220
	194,731,220	-	194,731,220
Subtotal	196,239,189	247,267	194,617,680
Total	196,239,842	250,458	194,615,142

9. Estado

Devedor	2023	2022	Variação
IRPC- Pagamento especial por conta	20,000	-	20,000
	20,000	-	20,000
Credor			
IRPS	1,689,137	83,290	1,605,847
INSS	460,122	90,748	369,374
	2,149,259	174,038	1,975,221
Total	(2,129,259)	(174,038)	(1,955,221)

10. Outros Activos Correntes

	2023	2022	Variação
Devedores diversos			
Fabrica Nacional de Medicamentos	431,364,636	377,091,000	54,273,636
Sociedade Moçambicana de Medicamentos	141,489,886	60,046,850	81,443,036
Total	572,854,522	437,137,850	135,716,672

11. Fundos Próprios

	2023	2022	Variação
Capital Social	1,037,980,000	837,980,000	200,000,000
Resultados Transitados	(16,687,475)	-	(16,687,475)
Resultados do Exercício	(64,631,716)	(16,687,475)	(47,944,240)
Total	956,660,809	821,292,525	135,368,284

12. Empréstimos Obtidos

	2023	2022	Variação
PHARMATECH FZCO	580,608,711	-	580,608,711
Total	580,608,711	-	580,608,711

13. Fornecedores

	2023	2022	Varição
Fornecedores C/C - Moeda Nacional			
Matola Gas Company	13,305,667	345,118	12,960,550
Control Plus	163,637	33,010	130,628
LABOTECH LABORATORY TECHNOLOGIES	15,592	11,669	3,923
Electricidade de Moçambique	2,322,857	716,544	1,606,312
Holland Seguros	393,088	-	393,088
Nexia BKSC	222,215	-	222,215
CLUBNET	318,000	0	318,000
MS Refrigeracao e Climatizacao	2	30,252	(30,250)
Fumigacoes Mavie Lda	-	10,500	(10,500)
Micasu Seguranca,Lda	-	70,200	(70,200)
GES 20, Lda	0	12,450	(12,450)
Sociedade Moçambicana de Medicamentos	777,534	107,973	669,561
Zanda Water Treatment, Lda	-	57,718	(57,718)
Aguas da Regiao de Metropolitana de Maputo, SA	90,612	33,729	56,883
Refleta Labs Mozambique	9,512	-	9,512
FERRAGEM CASA NOVA	5,000	-	5,000
J STORE & MULTISERVICE- SOC UNP, LDA	278,400	-	278,400
MHL AUTO SA	1,802,176	-	1,802,176
2RM SEGURANCA	132,240	-	132,240
Outros	(996,962)	-	(996,962)
Subtotal	18,839,572	1,429,162	17,410,410
Fornecedores C/C - Moeda Estrangeira			
NANJING UNITED OVERSEAS MEDICINE TECHNOLOGY CO. LTD	(2,741,250)	-	(2,741,250)
BioBridge Healthcare Solutions Pvt. Ltd	(47,997,100)	-	(47,997,100)
FREDVIC, S.L.	(337,864,344)	-	(337,864,344)
PHARMATECH FZCO	48,478,356	-	48,478,356
Outros	(316,129)	-	(316,129)
Subtotal	(340,440,467)	-	(340,440,467)
Total	(321,600,895)	1,429,162	(323,030,057)

14. Outros Passivos Correntes

	2023	2022	Variação
Pessoal	3,470,617	(4,200)	3,474,817
FNM	-	50,302,740	(50,302,740)
Strides Pharma Mozambique	35,546,622	-	35,546,622
Sociedade Moçambicana de Medicamentos	49,386,924	12,658,874	36,728,050
Total	88,404,163	62,957,414	25,446,749

15. Acréscimos e Diferimentos

Acréscimos e Diferimentos		2023	2022	Variação
Gastos diferidos	15.1	405,630	466,779	(61,149)
Total		405,630	466,779	(61,149)

15.1. Gastos diferidos

	2023	2022	Variação
Seguros	193,920	162,206	31,714
Comunicacoes	211,710	304,573	(92,863)
Total	405,630	466,779	(61,149)

16. Venda de Bens e Serviços

	2023	2022	Variação
Metformina 1000 mg Comprimidos	13,472,520	-	13,472,520
Co-Trimoxazole 480 mg Comprimidos	26,050,182	-	26,050,182
Total	39,522,701	-	39,522,701

17. Custos dos Inventários Vendidos ou consumidos

	2023	2022	Variação
Existências iniciais	32,329,257	32,329,257	-
Compras	63,721,976	-	63,721,976
Existências Finais	60,885,694	32,329,257	28,556,437
Custo de Vendas	35,165,539	-	35,165,539

18. Custo com o pessoal

	2023	2022	Variação
Remunerações aos trabalhadores	18,666,433	7,744,438	10,921,996
Encargos Sobre Remunerações	837,265	284,826	552,439
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	256,478	164,895	91,584
Outros Custos Com Pessoal	684,032	637,325	46,707
Total	20,444,209	8,831,484	11,612,725

19. Fornecimento e serviços de terceiros

	2023	2022	Variação
Gas	13,340,317	833,934	12,506,383
Água	818,058	227,814	590,244
Electricidade	7,289,944	2,485,584	4,804,360
Combustíveis	658,916	214,771	444,145
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	80,560	34,144	46,416
Material de manutenção e reparação	1,599,411	941,628	657,784
Material de escritório	1,268,764	412,019	856,745
Livros e documentação técnica	242,885	-	242,885
Material Informático	28,880	43,265	(14,385)
Material de Laboratório	772,584	80,950	691,634
Manutenção e reparação	1,877,192	199,959	1,677,233
Transportes de carga	13,099	-	13,099
Transportes de pessoal	-	600	(600)
Comunicações	410,863	383,913	26,950
Honorários	529,931	-	529,931
Publicidade e propaganda	2,751	-	2,751
Deslocações e estadias - Em serviço	-	13,584	(13,584)
Despesas de representação	211,637	4,310	207,327
Contencioso e notariado	2,560	5,000	(2,440)
Seguros	109,653	-	109,653
Controlo de Pragas	615,182	500,603	114,579
Vigilância e segurança	1,004,079	373,680	630,399
EPIs	549,370	259,563	289,807
Trabalhos especializados	109,293	-	109,293
Outros fornecimentos e serviços	989,151	1,001,036	(11,885)
Total	32,525,081	8,016,357	24,508,724

20. Outros Ganhos e Perdas Operacionais

	2023	2022	Variação
Outros ganhos operacionais			
Ganhos Repartidos	12,026,245	13,853,190	(1,826,945)
	12,026,245	13,853,190	(1,826,945)
Outras Perdas Operacionais			
Impostos e taxas	653,535	85,850	567,685
Perdas em inventários e activos biológicos	6,979,775	-	6,979,775
Outros	141,181	217,062	(75,881)
	7,774,491	302,912	7,471,579
Total	4,251,755	13,550,278	(9,298,524)

21. Rendimentos e Ganhos Financeiros

	2023	2022	Variação
Outros rendimentos e ganhos financeiros	570	6,024	(5,454)
Diferenças Cambiais favoráveis	53,362	-	53,362
Total	53,931	6,024	47,908

22. Gastos e Perdas Financeiras

	2023	2022	Variação
Serviços bancários	231,196	16,657	214,539
Juros Suportados	18,028	566	17,462
Total	249,224	17,224	232,001

23. Depreciações e Amortizações

	2023	2022	Variação
Activos Tangíveis	18,033,265	12,358,320	5,674,945
Activos Intangíveis	2,042,785	1,020,393	1,022,392
Total	20,076,049	13,378,713	6,697,336

24. Impostos

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de dez (10) anos (Nº 5 do Artigo 75 do CIRPC), podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimentos pontuais da legislação fiscal, nomeadamente em sede do INSS, IRPC, IRPS e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) eventuais correcções.